

CONTRA-EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE ÉTICA E EDUCAÇÃO

Marcia Tiburi

Docente da Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: marciatiburi2011@gmail.com

RESUMO

O artigo visa estabelecer nexos conceituais entre educação e ética a partir de uma reflexão sobre teoria e prática, pensamento e ação. Pretende mostrar que esta relação vai além de uma fundamentação teórica estanque, colocando-se ela mesma como construção movida por um impulso ético. Neste sentido, este artigo guarda sua própria teoria e quer manifestar a importância da auto-compreensão prática das teorias éticas, assim como das teorias da educação. Na intenção de fundamentar a relação entre teoria e prática, o artigo dialoga com as teorias de alguns autores que se ocuparam da questão relativa ao papel social da educação, tais como István Mészáros e Humberto Maturana. O tema da educação como ética implica o da educação como emancipação que se tornou conhecido a partir dos textos de Theodor Adorno. O caminho para o despertar de uma educação como ética passa pela crítica do discurso capaz de colocar em cena a importância do diálogo. A intenção última desse artigo é, portanto, favorecer a construção de um conceito de educação como ética a partir da ideia de diálogo como emancipação, enquanto repropõe a emancipação como princípio e método próprios da educação. Neste contexto, está em análise o posicionamento da educação como discurso, como prática de conservação, contra o qual é preciso propor hoje a hipótese prática de uma contra-educação. O desenvolvimento da expressão contra-educação se apresenta aqui em seus sinais ainda iniciais. No entanto, deseja-se com ela, apontar para a abertura de uma discussão necessária no campo da educação.

Palavras-chave: ética, discurso, diálogo, semi-formação, contra-educação

MÉSZÁROS, István

COUNTER-EDUCATION: A REFLECTION ON ETHICS AND EDUCATION

ABSTRACT

The article aims to establish conceptual links between education and ethics from a reflection on theory and practice, thought and action. Intends to show that this relationship goes beyond a theoretical tight, placing herself as construction moved by an impulse ethical. Thus, this article guard his own theory and want to express the importance of self-practical understanding of ethical theories, and theories of education. In the intention to substantiate the relationship between theory and practice, the paper discusses the theories of some authors who have addressed the question of the social role of education, such as István Mészáros and Humberto Maturana. The subject of ethics education as the means of education as emancipation which became known from the writings of Theodor Adorno. The path to awakening of an education as ethics goes through critical discourse capable of staging the importance of dialogue. The ultimate intention of this article is, therefore, favor the construction of a concept of education as ethics from the idea of dialogue as emancipation, while reproposes emancipation as a principle and method of education themselves. In this context, the analysis is positioning education as a discourse, as conservation practice, against which we must now propose the hypothesis of a counter-practice education. The development expression of counter-education is presented here

in its initial signs yet. However, it want to with it, pointing to the opening of a necessary discussion in education.

Keywords: ethics, discourse, dialogue, half-formation, counter-education

A educação desprezada: a guisa de introdução

Na abertura dessa reflexão, gostaria de começar com uma frase do pensador chileno Humberto Maturana:

Penso que não se pode refletir sobre a educação sem antes, ou simultaneamente, refletir sobre essa coisa tão fundamental no viver cotidiano que é o projeto de país no qual estão inseridas nossas reflexões sobre educação. Temos um projeto de país? (MATURANA, 2005, p. 12)

Gostaria antes de levantar o propósito da citação acima neste contexto, de colocar em cena outra frase, desta vez do húngaro István Mészáros, que a complementa soberbamente:

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente.” (MÉSZÁROS, 2010, p.65)

Proponho, assim, o cruzamento dessas ideias na intenção de um esclarecimento que nos importa: em um primeiro momento,

levando em conta o que diz Maturana, a reflexão sobre a educação está inserida no contexto maior de um projeto de país. Em um segundo, ligando esta questão ao que diz Mészáros, podemos afirmar que a ordem social que constitui um país, depende da soberania da educação. Na produção deste nexos, a educação aparece, ela mesma, como uma potência de construção e emancipação para o conjunto do que somos, enquanto a este conjunto podemos denominar “país”. Se o projeto de país, por sua vez, é uma questão fundamental ao viver cotidiano, do mesmo modo a educação que configurará, dentro de sua potência soberana, a possibilidade de construir um país.

Está em jogo a criação de um projeto em que estejamos implicados como agentes particulares que são ao mesmo tempo públicos: indivíduos que são cidadãos. Como seres que, em seu cotidiano, inventando a si mesmos e às instituições, criam esta coisa concreta denominada “país”. Como aqueles que, ligados à seu cotidiano, percebem que podem criar um país que corresponda a seus anseios. A educação é, neste sentido, o caminho por meio do qual um país se torna possível. Mas este caminho precisa ser

soberano, ou seja, livre de coações e violências.

Por que, então, o descaso em que se encontra a educação em nossa cultura? Em que sentido a educação se tornou um campo “desprezado”? Não será, ao mesmo tempo, o descaso em relação ao que podemos entender como “nosso país”? Devo dizer aqui que não me ocupo da questão “país” na intenção de um nacionalismo, mas de um problematização do “locus”, do lugar onde habitamos enquanto comunidade política que, desejando ou não, partilha do melhor e do pior no âmbito do que fazemos uns com os outros. Descaso e desconsideração, o desprezo, são aspectos da nossa cultura em seu estado contemporâneo em relação ao qual costumamos afirmar a existência da barbárie, ou seja, de uma violência sem medidas. Contra o nacionalismo proponho que interpretemos o “país” em chave crítica como nossa chance de autoquestionamento sobre o que fazemos de nós mesmos enquanto somos, querendo ou não, mesmo que apenas de modo espectral, uma comunidade política e jurídica. Há, certamente, em minha expressão, o desejo de que, por meio de um avanço crítico e que melhore nosso modo de pensar, fazendo-nos refletir, possamos ser uma comunidade real

ocupada com a emancipação de todos. Que a educação seja nosso caminho soberano nesta busca por uma vida mais justa e dias melhores para viver é um desejo que não se pode ocultar quando se elabora um trabalho reflexivo sobre educação. Neste sentido, toda reflexão sobre educação hoje é autorreferencial. A crítica da educação começa com a autocrítica.

Assim, devemos nos perguntar sobre a educação como campo desprezado enquanto o desprezo é característica habitual de nossa cultura. Mas qual seria o motivo para a manutenção deste estado de coisas? Seria por que a potência transformadora da educação precisa ser recalcada diante dos poderes que esperam apenas autoconservação na contramão de transformações capazes de emancipar indivíduos e grupos a eles submetidos? Se a educação é o caminho para a emancipação, para a construção de um mundo melhor para todos, por que tem sido abandonada à própria sorte ou transformada em mera mercadoria? Se o abandono da educação parece ser o caminho reto para a destruição da sociedade, teríamos que voltar a Freud e analisar a questão do “mal estar” na educação como uma tendência regressiva? Como lutar contra ela?

Vivemos num estado de educação humilhada pelo seu rebaixamento à informação, à aprendizagem de tecnologias que servem, por fim, à ideologia do capital. É com esta ideologia que a educação tem se confundido realizando uma autocontradição fundamental, aquela por meio da qual ela se torna o contrário do que prometia em sua natureza mais essencial.

A “Contra-educação”, sobre a qual trata este artigo, seria, neste contexto, a luta contra o rebaixamento da educação à mercadoria com a qual a própria educação contribui, seja como sistema, instituição, ou prática diária. Como continuar “educando” livre da forma-mercadoria que rebaixa a educação à coisa? Como continuar “educando” longe de uma educação coisificada? Contra-educação não seria um retorno a um projeto de algo como uma “humanização” do que se “desumanizou”, mas a crítica concreta – que é teórica e carregada de tensão prática – que possa nos levar a outro modo de ver e fazer a educação.

A reflexão sobre a contra-educação nos põe diante da questão relativa à política, a saber, a um conjunto de práticas que atingem a todos, pois que se referem ao poder e seus efeitos inevitáveis. Precisamos, contudo, iniciar nossa conversa recuando um passo da política,

um passo que nos permita entrar no âmbito do que podemos chamar de ética. A intenção não é separar ética e política, ao contrário, é mostrar como no cerne mais íntimo da política está posta a questão ética. Que é preciso, portanto, tocar neste cerne que implica a retomada da relação entre indivíduo e sociedade. A intenção será mostrar que a contra-educação não é somente uma política de contraposição ao poder ou à violência na qual a sociedade e educação podem ter se tornado, mas a autorreflexão crítica da educação no sentido de uma autorreflexão ética.

Avaliar o ódio como afeto político presente na educação

Não é apenas a reflexão *sobre* a ética, o que precisamos nos propor neste momento, mas a reflexão ética. Não como um impossível que tentamos contornar, mas como algo que está em nossas mãos. Isso implica levar em conta em primeiro lugar que, se o problema da educação é um problema ético, é porque ele também é, antes de tudo, político. Vale a pena dizer que não se trata de um problema dos políticos apenas, como se pode facilmente pensar à medida que a política foi reduzida à profissão em uma sociedade que perde o

sentido dos seus fins. Não é apenas um problema daqueles que praticam aquilo que devemos chamar hoje de violência política contra os cidadãos, o ato gravíssimo de usar da autoridade como arma do descaso, da negligência, da violência geral. Mas se trata de um problema político em sentido mais clássico, da relação circular e co-referencial entre a esfera pública e a privada, da relação entre indivíduos e sociedade, da relação, por fim, entre a própria escola, os professores e seus estudantes como sujeitos submetidos à ordem e que, no entanto, a sustentam ajudando a manter aquilo mesmo que pode aniquilá-los.

Um problema político, por fim, mais grave. No sentido de que somos todos atravessados pela matabilidade universal (AGAMBEN, 2002), pelo fato do assassinato elevado à lei subterrânea que rege a ordem social. Estamos todos calculados de algum modo pelo poder, no ato em que os dispositivos de poder preveem que alguns sobreviverão e que outros não terão a mesma sorte, seja na vida, seja no mercado - ao qual, a propósito, tem sido reduzido o sentido e o fato da vida.

Neste contexto, na busca pela compreensão do desprezo em cujo fundo está a violência como projeto geral do Estado e do

Capital que tem em vista o aniquilamento do outro, é que se torna urgente uma reflexão sobre o ódio. Trata-se de um afeto político sobre o qual temos que nos debruçar hoje. Efetividade do antipolítico, núcleo da impossibilidade das relações, o ódio é o fator subjetivo que se objetiva na ordem social. Desprezo é a sua forma branda. Assim como a política se torna antipolítica diante de sua aparição, a educação naquilo que ela tem de político, se torna anti-educação. O ódio é o fio antirelacional na cena educacional brasileira que se esconde atrás do sacrossanto cordialismo que impregna nossas relações. Traduzido em cinismo e hipocrisia que organizam nossos circuitos de poder público e privado, devemos estar atentos à sua atuação. Se a pergunta fundamental da ética é “o que fazemos uns com os outros?”, devemos assim, nos perguntar o que o ódio tem feito de nós?

Podemos dizer que o ódio é o que partilham tanto a educação pública quanto a privada no antipolítico sistema geral do ensino. Como afeto essencial da política que conhecemos hoje, ele é o que impede a própria formação do laço que constituiria a essência do político enquanto modo de relação entre sujeitos. Ele é o sinal da irrelacionabilidade entre instituições e

indivíduos. O que temos entre nós são relações impedidas, interrompidas, relações que não chegam a se concretizar, porque desde sempre surgem as cisões e separações, fraturas e fissuras no lugar onde indivíduos deveriam interagir produzindo entendimento.

Uma democracia real no sentido do melhor que podemos alcançar em termos políticos, não teria apenas a ver com o oposto do ódio, o amor no sentido piegas que a palavra assume por parte de pedagogos que o professam como palavra mágica que demanda os impulsos melodramáticos de sujeitos envolvidos na prática de educar. O termo foi importante no texto *Educação após Auschwitz* de Adorno (1995) ao sinalizar para a empatia e a capacidade de relacionar-se com o outro se identificando ao seu sofrimento. Em sentido político, amor refere-se à constituição de laços, de ligações construtivas, que permitam experiências emancipatórias para indivíduos e coletividades. A vida antipolítica que vivemos hoje é o fruto do livre exercício do afeto negativo do ódio que se traduz desde aspectos mais subjetivos como a inveja, o mal estar, a maledicência mútua, até os aspectos mais objetivos: a inviabilização de projetos, o controle medíocre da atividade do ensino pelo manual produzido para o professor que trata o

agente do conhecimento como um ignorante, o aviltamento dos professores e funcionários de escolas com seus baixos salários, a inexistência ou fraqueza de projetos pedagógicos, a cobrança de resultados puramente numéricos como se estudantes e professores fossem operários escravizados em um sistema de produção ou meros problemas estatísticos a resolver. Neste quadro, apavora que os currículos esquecidos em gavetas burocráticas, como pedras no meio do caminho (que, diga-se de passagem, devem permanecer no meio do caminho para o bem da inutilidade travestida de utilidade que é forma da burocracia) que sustentam a sociedade como ela é, e o sistema no seu lugar confortável, não sejam melhorados. Esse é o caso das escolas e também das universidades brasileiras. Estamos no mesmo lugar de sempre no que se refere ao que fazer com a educação.

A burocracia é o próprio sistema efetivo do afeto odioso, arma destrutiva da educação manipulada por ela mesma. A própria relação com o conhecimento pode ser posta em cena como uma relação burocrática em que aquilo que Adorno chamou “amor-ódio” (1985) quando se referia ao corpo, vale também para a educação em nossa cultura. No lugar do

desenvolvimento de uma relação prazerosa com ele surge a operação pura e simples, a “decoreba”, a repetição. Professores e alunos comportam-se da mesma maneira orientados pela cenoura do vestibular. A burocracia é, neste sentido, como avesso da experiência enriquecedora, uma das formas do ódio, a do ódio elevado a método de esvaziamento da subjetividade dos participantes do processo educacional. Todos odeiam uns aos outros e a si mesmos. Na educação, a burocracia representa a estratégia fundante de todos os processos de acovardamento dos sujeitos. Do mesmo modo que no governo, quando ela representa a elevação do ódio à estratégia de governo, seja em seu sentido macroestrutural, seja em seu sentido miúdo e cotidiano, do ódio alimentado em escala institucional e, infelizmente, com seu correspondente pessoal, contra nossos jovens, nossas crianças, nossos estudantes e professores. O ódio se dissemina como uma praga que vem destruir a plantação, o cultivo que seria a metáfora melhor para falar de uma educação que visa a formação inclusive existencial de pessoas concretas. Levá-lo a sério torna-se politicamente urgente, como é urgente que se corte algum mal pela raiz. Mesmo quando se sabe que isso não ocorrerá. No caso da educação, ficamos

assustados com o que é feito dela, justamente enquanto ela pode ser um contrapoder a tudo o que deseja destruí-la.

Indústria da educação como Indústria Cultural

Além de político, o problema da educação é também cultural. Um problema da cultura humana compreendida como grande projeto no qual todos estamos inscritos, ao mesmo tempo que postos diante de uma impossibilidade que constitui seu paradoxo, a saber, justamente o de inscrevermo-nos neste projeto, desde que a questão cultural sucumbiu às demandas e necessidades de algo como aquilo que Theodor Adorno e Max Horkheimer na década de 40 do século XX chamaram de Indústria Cultural (1985). Quando digo Indústria Cultural não me refiro às pseudo-obras de arte que atingem a percepção das massas, excitando-as e comprometendo-as esteticamente, mas ao poder de destruição do pensamento crítico pela oferta do pensamento pronto que constitui nossa experiência cotidiana submetida aos meios de comunicação, à publicidade, à televisão. Refiro-me a eles, mas à qualquer sorte de mistificação, da publicidade à propaganda, da religião ao mercado. Compreender que a educação

também está inscrita e trabalhando para esta indústria, eis o que não podemos perder de vista se quisermos fazer uma crítica consistente da educação que possa apontar para outros caminhos. Infelizmente, é preciso dizer em tom de resumo: também a educação torna-se indústria, quando poderia ser exatamente o contrário.

A pergunta sobre o que seria hoje a indústria da educação, ela mesma parte da indústria cultural, nos põe diante de um problema mais profundo relativo ao sentido que uma cultura pode dar ao conhecimento. Este problema é nascido daquele uso instrumental do conhecimento que está na ordem da história do próprio conhecimento enquanto ele está na mão do poder e não da emancipação. De Nietzsche a Foucault falaríamos da mera vontade de saber. Neste contexto, o conhecimento vale como fator de distinção ou mercadoria relativa a uma classe social que pode pagar por isso ou aquilo. A forma mercadoria atingiu o todo da experiência humana. Há muito que está em jogo a transformação do conhecimento em mercadoria. Há muito que estudantes de todas as idades são tratados como “clientes”, e, por fim, com o terrível nome aplicado a pessoas rebaixadas a coisas que o capitalismo

contemporâneo chama de “consumidores”. As pessoas que aceitam esta designação, que se auto-intitulam assim ou que simplesmente assumem o termo que lhes foi oferecido, foram de um modo terrível muito “bem educadas” pela indústria da educação para que se sintam ofendidas por esta crítica. E não importa, muitas vezes, que tenham ido ou não à escola. Pois a indústria é aliada ironicamente de certa “educação informal” às avessas sob a qual padecemos hoje submetidos à música, à televisão, às novelas, ao shopping center, à ideologia do carro do ano e outras formas de mistificação.

Cabe perguntar se, em algum momento da história a educação – uma história recente, pois não podemos falar em educação como a entendemos hoje antes do século XX - não foi produção dirigida para a formação de massas de ignorantes? Perguntar se hoje é diferente pode soar irônico. A força da ignorância fomentada por todos os que têm interesse no poder, tem vencido qualquer guerreiro que se arme na resistência contra a destruição do pensamento crítico. Cabe perguntar neste momento, na intenção de uma autocrítica que reforça o sentido da crítica, se nossa própria incapacidade de pensar a educação criticamente, ou de pelo menos pensá-la em

algum nível, ou se, por outro lado, a constante “romantização” da educação que nos obriga a discursos de redenção pela educação, não seriam efeito desta indústria, ou daquilo que a sustenta, o velho desejo do lucro com a mercadoria, mesmo quando disfarçado?

Neste caso, não há como negar que a santificação da educação – o fato de que muitos a tratem como algo sagrado - de modo acrítico não é melhor do que seu abandono. Isso porque a falta de crítica não conduz a educação à sua própria potencialidade ética. Se a Indústria Cultural foi, para os filósofos que cunharam a expressão no período nazista, a mistificação das massas, eles ao mesmo tempo viram na filosofia e na psicanálise uma chance de apontar caminhos inversos de esclarecimento. Adorno, em um texto que se tornou conhecido “Educação após Auschwitz” (1995, p. 119) afirmou que o papel da educação seria justamente o de trabalhar para que Auschwitz não se repetisse. O campo de concentração se tornou simbólico do horror que o ser humano e o Estado podem fazer com outros seres humanos. Horror movido pelo ódio ao outro, pela ausência de laços de amor que entendemos como laços políticos concretos. Num clima de perplexidade, Adorno se perguntou sobre um tipo de educação, a

educação pela “severidade” ou pela frieza, a promover o modo de pensar e agir dos nazistas. A “formação” de um nazista, o caminho pelo qual alguém se torna um “carrasco” seria a questão. Como a educação poderia colaborar para evitar que o horror se repetisse colocando-se a pergunta “como alguém se torna o que é?” era um primeiro passo a dar na direção de uma resistência contra o espírito fascista.

Se quisermos pensar a educação como parte de nosso ideal de democracia, como a partilha do comum que vai além de toda mistificação, como esclarecimento e não mistificação das massas, precisamos nos colocar estas perguntas. Do contrário deixamos a educação no lugar de abandono em que ela se encontra ainda entre nós. Mas se a Indústria Cultural é a produção da incapacidade de pensar que nos tornaria criativos e livres, qual o caminho para pensar/produzir educação que nos leve a outra direção?

Uma outra educação implica o reconhecimento da educação como ética

A compreensão do nexos entre educação e ética pode nos dar a definição teórica de ambas e, além, remeter-nos ao

centro da questão que ontem como hoje torna a educação – tanto quanto ainda é a ética - a questão central também no que chamamos política. Tal definição implica o sentido da ética como exigência de conexão entre teoria e prática que desde sempre caracteriza a educação. Estamos diante de uma dupla banda, de dois lados que se encontram no mesmo destino.

Definir ética em sua conexão com a educação é, por sua vez, já o gesto teórico-prático que deve nos mover quando pensamos em uma e outra. Se falamos a partir deste pressuposto é porque nossa fala se orienta por um impulso ético que é, ele mesmo um impulso também próprio da educação. Um impulso, diremos nós, não do ser, mas do dever ser. Penso que podemos neste ponto definir a ética como a reflexão sobre a questão “o que estamos fazendo uns com os outros?” e podemos definir a educação como a pergunta pela direção de nossa ação, em outras palavras “onde queremos chegar?” com o que fazemos uns dos outros. A reflexão sobre a educação - vale dizer novamente que é ela mesma uma ética – implica pensar a consequência do que se faz pelo outro, com o outro, na condução de nós mesmos, uns e outros, na direção de um futuro.

Isto posto, comecemos com perguntas simples que sejam capazes de nos aproximar cada vez mais do tema relativo à avaliação de uma contra-educação enquanto ela depende de uma reflexão ética. Ora, de que falamos quando falamos em ética? E de que exatamente falamos quando nos pomos a pensar na educação? Pode parecer simples dizer que ética não se faz sem educação ou que educação não se faz sem ética. Mas sabemos, ao mesmo tempo, que tanto a educação quanto a ética não são temas fundamentais nas agendas políticas e públicas de nosso país. Tampouco estão presentes em nossa perspectiva cultural mais ampla. Se há um fato que aproxima os dois mundos, o da ética e o da educação, é que, tanto uma quanto a outra, encontram-se desprezadas em nossa cultura. A pergunta que podemos colocar imediatamente na sequência é: qual o destino de uma cultura que prescinde justamente de ética e educação? Saberá para onde se encaminha?

Mas até aqui, apenas por reuni-las, ainda não definimos de que modo se relacionam educação e ética. Podemos dizer que estão intimamente unidas. Que há um nexó necessário entre elas, um nexó que, rompido, define a derrocada da educação,

tanto quanto da ética. Para mostrar a mútua necessidade existente entre educação e ética, é importante começar por defini-las mutuamente. Mas como fazê-lo sem incorrer na mera exigência de uma para a sobrevivência da outra que pode simplesmente fazer girar a roda que não nos levará a lugar nenhum? Sem afirmar, de modo ingênuo, aquilo que sempre pode ser chamado pela designação de “crise” tanto de uma, quanto da outra, creio que não se trata de estarmos simplesmente em crise no que concerne a estes âmbitos. Há um problema maior relativo ao sentido e ao conceito em cada um deles.

Deste modo, podemos entender melhor o que pode um conceito, se comparamos o caso da educação e da ética com o da arte em relação à qual também temos problemas conceituais em função do estranhamento próprio à distância que temos de sua objetividade. Aquilo que vale para a arte, vale para a educação. E também para a ética. Cada uma delas é forjada, cada uma delas pode ser reinventada a cada dia ou simplesmente repetida como uma regra e uma norma.

Assim, é preciso resolver a questão conceitual, mas é necessário também que se percebam os afetos que nos relacionam à ética

e à educação, ao que queremos e desejamos tanto da ética quanto da educação. Desejamos realmente a educação? Um outra educação? Uma ética? Qual ética? Sabemos o que obteremos por meio delas? Quais serão suas consequências? Trata-se muito mais de pensar hoje no estado presente da relação entre ética e educação com o mundo onde vivemos, bem como de seu futuro e das perspectivas que derivam dessa relação enquanto cada polo de seu enredo encontra-se em situação precária relativamente à subjetividade em cena que inclui nosso modo de pensar ou, melhor em nosso caso, de não pensar.

Sob a consideração de que as definições têm a função de criar parâmetros de comunicação, compreensão e interpretação, é essencial afirmar uma definição da educação como ética e da ética como educação que nos faça avançar para além de uma configuração de disciplinas às quais elas tem sido reduzidas. A obediência às disciplinas, fruto de um sistema organizado em nome da ordem, não nos tem ajudado. Precisamos de uma definição que nos leve ao reconhecimento da função que tais campos da teoria e da prática têm na construção interna de suas próprias perspectivas e da vida de todos nós que com

elas nos envolvemos em algum tempo de nossas vidas.

O que devo fazer como pergunta da educação?

Com isso, tenho a intenção de promover uma compreensão da educação como algo mais do que a pedagogia que nos conduz à informação e mesmo à formação profissional. A intenção é inserir a educação no campo maior da vida cultural, da formação da subjetividade, na contramão dos dispositivos que se empenham em destruí-la. A intenção dessa reflexão é inserir a educação no âmbito das decisões quanto ao dia de hoje e quanto ao futuro que caracterizam, em última instância, também a ética. Deste modo, ligada à ética, a educação é envolvida pela pergunta “o que devo fazer?”. Nela, outra questão fundamental está implicada: “o que devo fazer com a educação”? Do mesmo modo que a pergunta sobre o que a educação pode fazer pela ética, também se torna evidente. Estas perguntas situam os temas e a conexão preliminar entre as palavras (ética e educação) e os universos por elas representados.

Neste caminho, devemos delimitar ainda mais os conceitos justamente para permitir que mostrem seu entrelaçamento.

Começemos pelo conceito de ética. Ética é a teoria-prática implicada na formação subjetiva de cada indivíduo, é também aquilo que faço em função daquilo que penso. Não a mera racionalidade, nem a simples emotividade, mas aquilo que me faz agir como pessoa particular em relação ao outro. Precisamos saber que, embora a dimensão pessoal seja fundamental à ética, ela nunca é um puro problema particular, pois a ação sempre implica a dimensão do outro. Podemos dizer que ética é a postura que leva em conta a existência do outro, seja ele a natureza, a cultura, o próximo. Tampouco, ética seria a descoberta do mistério da ação justa com o qual tantos tentam reduzi-la a um impossível. Muito do discurso contrário à ética apela para a sua suposta impossibilidade prática. O mesmo pode ser dito da educação que não é, de modo algum, um problema pessoal, tampouco seria questão de ordem privada. Assim, neste ponto, podemos definir a educação com as mesmas palavras que usamos para definir a ética: ela é a postura que leva em conta o outro. Tanto a ética quanto a educação relacionam-se à subjetividade no instante em que o outro está em jogo. Tanto a ética quanto a educação são modos da ação. No entanto, enquanto a ética visa o outro como um fim sem o que ela não é

ética, a educação pode ter no outro um fim ou um meio. No primeiro caso ela é ética, no segundo não.

Isso nos coloca diante de um problema imenso. Se a educação não é ética ela é apenas um instrumento nas mãos dos poderes estabelecidos, um instrumento que é, ele mesmo, meio de manipulação cujo objetivo é apenas sua própria autoconservação. Podemos afirmar que ética e educação podem convergir na luta contra os processos de dessubjetivação que caracterizam nossa sociedade atual no campo do trabalho, do entretenimento, da comunicação, do mercado. E isso implica uma necessária crítica da educação no instante em que ela é mera aliada desses poderes, em que se faz igualmente mero dispositivo da manutenção dos poderes. O processo pelo qual a própria educação se torna um dispositivo de dessubjetivação se dá justamente em função do recalque da ética. Ele só pode ser interrompido por um projeto em que a ética se torne um fim e um meio da educação e a educação um fim e um meio da ética.

A intimidade implícita entre ética e educação é, pois, o que se deve tornar explícito. Que a convivência entre as palavras deve ser mais que um esforço em reunir áreas;

que se trata de um encontro conceitual preciso; que as palavras serão, em nome delas, mais que discurso, ou seja, mais que mera estratégia de convencimento, mais que domínio de quem fala sobre quem ouve, é a questão que precisamos buscar compreender.

Ética para além do discurso

Assim, é preciso confrontar ética e discurso. Enquanto teoria ou fala pronta, o discurso precisa dar espaço ao diálogo. É no âmbito do discurso que a ética surge como mera palavra mágica que esperamos colocar como rolha que tapa o vazio conceitual que enfrentamos. Desmontar o discurso sobre ética é a tarefa ética premente. Ir além do grito indignado da moral que não nos leva além dele é algo que podemos igualmente almejar. Podemos dizer isso tendo em vista que é também o discurso sobre ética que atrapalha a realização da ética. O discurso tem a função de tapear o problema concreto. Tendo em vista um significado mais preciso da palavra ética, busquemos aquilo que nela se guarda de comum desde ontem, até amanhã, desde seu aparecimento da ordem do pensamento humano até a condição de nosso desespero atual.

É por que não sabemos o que seja ética, por que usamos a palavra sem significado preciso que ela facilmente cai nas malhas do discurso. Falamos em nome de algo que não conhecemos como se fôssemos éticos por simplesmente pronunciarmos de boca cheia em alto e bom tom: “ética”. Seria como dizer “abracadabra” ou “fiat lux”. Como se o mundo da prática, de portas que se abrem às lâmpadas que se ascendem, dependessem apenas de uma fala. O pensamento mágico se aproxima do discurso e não sustenta a ética, antes a inviabiliza. O uso indevido e cansativo da palavra, sua *mise en scène*, é a prova de que ela não vale em nosso contexto como mais do que enfeite ou amuleto. Pretendemos que, pelo excesso do uso, nos tornemos hábeis manipuladores de suas sérias exigências, donos de seu conteúdo? Ética, porém, é uma palavra que, bem pensada, precisa ser pronunciada com cuidado. Ela nos remete a outro lugar no qual só poderá ser dita em relação à concretude, à realidade, com o que se há de fazer.

Neste sentido, ou bem-dizemos a palavra ética, ou a maldizemos. De um modo ou de outro, pronunciar “ética” é já enunciar a fala como ação, ação que é boa, ou ação que é má. Não é o mero falar sobre, mas falar e fazer

ao mesmo tempo, o que complica a nossa compreensão neste instante em que dela falamos. Isso é possível porque a palavra ética, sempre vazia em si mesma por ser palavra e, como tal, peça histórica que sempre reserva sua distância com a coisa, define que falar não é, necessariamente, atingir aquilo sobre o que se fala. Ao mesmo tempo, ética é aquilo que designa o pensamento que é ação, a fala que é ação, ou seja, ética é a palavra que retroage sobre nós a cada vez que a pronunciamos como se um teste se lançasse sobre nós, como se uma magia ou uma maldição nos atingisse enquanto nos questiona no ato mesmo de usá-la.

Nossa dificuldade em relação à ética está, pois, no fato de que ela não cabe no discurso onde ela sofre de abuso ou de uso ilícito. O discurso violenta a própria ética. Mas é justamente aí que ela remete para além dele. Não há palavra para a qual mais falte complemento em termos concretos. O que está além do discurso é o campo da ação e da vida que não cabe na fala, justamente porque a inclui.

O que a ética nos oferta, portanto, é a precariedade do discurso e o avanço no abismo da existência. É a ele que a ética levada às últimas consequências nos conduz, a uma

reflexão sobre o sentido da vida. A este nada que temos em nossas bocas e ouvidos e que, à revelia, nos impõe esperança, promessas e possibilidades. A ética não é apenas o domínio da ação, mas da tensão entre ação e inação, entre fazer e poder e não fazer e não poder. Entre destino e liberdade. Entre fatalidade, necessidade e contingência. Negligenciar a inação e a impotência, e tudo o que de negativo a ética nos sinaliza, é perder de vista a crítica em relação às promessas da própria ética. Ficamos muitas vezes na ilusão da reconciliação entre discurso e ação porque fingimos a inexistência desta clivagem. Falar de ética é, portanto, já falar da coisa à qual ela se refere enunciando o nó no qual estamos lançados entre “falar” e “fazer”: o nó de nossas existências sujeitas à própria decidibilidade.

Fazer da ética um discurso é já agir sem ética, pois a ética é precisamente a sabedoria prática que jamais pode transformar-se em discurso. Se o discurso é o conjunto de ideias bem expostas que se contenta com sua própria exposição, ele está também na prática da ostentação que encontramos muitas vezes em nós mesmos, professores vendidos ao espetáculo da erudição.

Quem ouve discurso pode tanto ouvir a defesa, como a explanação de uma ideia, como

a bela prosa que, sob armadura retórica, faz-se máscara do que realmente diz. Com isso não quero dizer que devemos descartar a retórica. Quem conhece o funcionamento da linguagem não será capaz de desconsiderar sua forma, sua apresentação, a própria verdade que se condensa em sua aparência. O recalque da retórica em nossa cultura apenas favoreceu o avanço da falsidade da linguagem pelo abandono da dialética entre o que nela é verdade e o que nela é aparência. Retomar a retórica hoje deveria ser possível como retorno à expressão no que se diz, para além da técnica do dizer. Urgente, contudo, é que possamos combater, no âmbito da educação universitária, o belo discurso da erudição vazia que é, antiético em si mesmo, à medida que desvinculado do outro ao qual necessariamente se relaciona. O que vemos na academia hoje é, em grande medida, trabalho intelectual morto, ou seja, trabalho alienado. Aquele que não produz efeitos que não sejam o da conservação do status quo.

A filosofia, por exemplo, só pode valer enquanto é a busca pelo desvio do discurso que se coloca como sustentação de respostas ou mesmo de perguntas que apenas disfarçam respostas já de antemão colocadas. Contra o discurso apenas o pensamento filosófico pode

ser gesto que se propõe como um falar-ético, uma fala que se compromete com a desmistificação. Eis a função da ironia filosófica, retirar-se da cena para que o outro possa pensar por conta própria. A ultrapassagem do discurso é algo que ultrapassa a sua própria necessidade de construção e segue na necessidade de sua desmontagem crítica. Aquele que fala de um ponto de vista ético deve procurar ir além de sua fala, situar a precariedade de sua própria fala. Toda a fala que procura a autocrítica acerca de si mesma, que ofereça seu próprio lugar como mera busca de sentido pronta a destituir-se e desaparecer, é filosofia.

A busca por falar para além do discurso acaba com o império do discurso. É preciso falar não apenas contra o discurso, mas na intenção de desfazê-lo. Na utopia de que falar para além dele seja possível. Sabendo que a tentativa de criar a ética que o ultrapasse, não é nenhuma contradição. E mesmo que fosse uma pura contradição, ainda seria válida no contexto da falta de liberdade e de responsabilidade que caracterizam contextos sem ética como o que vivemos. O diálogo é o contrário do discurso. É ele que pode, à base de sinceridade e honestidade, mudar o cenário

em que se instaura o discurso, como mentira auto-apresentada como verdade.

Falar-ético: o diálogo

É certo que o campo da ética começa com nossas palavras: por meio de ações como promessas, exposição de sentimentos, intenções, transmissão de informações, conhecimentos, comunicações de toda sorte. Com a linguagem propomos algo a alguém, por meio dela sinalizamos o que somos e podemos ser, nossos poderes, potências, impotências. Mas é certo também que a ordem da vida não acaba nas palavras, ainda que esteja intimamente a elas entrelaçada. Quando falamos de ética falamos sobre algo mais que teoria. Falamos de teoria-ação. Ou seja, de prática que envolve atos e gestos linguísticos: o mais básico deles, mas não menos importante, é a conversação cotidiana. Trata-se de um campo aberto à ação ética e, todavia, é território de guerra, ou campo abandonado por nossa consciência. Nem sempre percebemos que todas as nossas relações são baseadas na linguagem, que os laços que estabelecemos se dão pelo conteúdo e pela forma do que dizemos. Por isso, a importância de, para além da tagarelice diária, para além da fala pronta, ela mesma sempre morta e

alienada, poderemos buscar o diálogo. Diálogo é o processo de reconhecimento mútuo que se dá pela fala. É, em si mesmo e por si só, a própria forma ética realizada pelo meio simples da fala humana.

Há quem fale de ética como um avarento que recolhe moedas. Há quem creia que dizendo e repetindo certas palavras, expressões e teorias prontas, terá lucros e dividendos relativos à sua própria segurança no território do discurso. Quem pretende ser ético precisa aprender a desmontagem do discurso e a atenção ao que vai além dele. Precisamos, neste ponto, de uma distinção que leve em conta os atos de linguagem que envolvam a ética: “falar de ética” até hoje apenas nos levou ao declínio do “falar-ético”. O que está em jogo é justamente o “como” e o “por quê” falar de ética sem simplesmente continuar com o discurso e o abuso da palavra que acaba por consumi-la. É deste gesto, que procura fazer de sua fala a realização da própria ética, por meio de sua incorporação no gesto mesmo da fala, que hoje devemos cuidar e proteger. “Falar de ética” não faz diferença no contexto da cultura da avareza, antes ajuda com sua perfídia ou sua inocuidade (neste caso também uma perfídia) na sustentação desta cultura. O falar-ético, por sua vez, rompe com

esta cultura ao se realizar na ação da reflexão sobre o conhecimento, não apenas de sua transmissão. Ao se fazer, portanto, mais que fala. Ele opera na construção do tempo a perder tanto quanto do saber a perder. É, portanto, o contrário da avareza sobre a qual se erige certa ciência em conluio com o capitalismo. O falar-ético é política contra o capitalismo como ideologia cartesiana que tudo soma, mede, pesa e matematiza.

Se pretendemos avançar com o diálogo como superação do discurso, podemos prestar atenção ao que nos diz Flusser sobre a questão:

Pode-se afirmar que a comunicação só pode alcançar seu objetivo, a saber, superar a solidão e dar significado à vida, quando há um equilíbrio entre discurso e diálogo. Como hoje predomina o discurso, os homens sentem-se solitários, apesar da permanente ligação com as chamadas “fontes de informação”. E quando os diálogos provincianos predominam sobre o discurso, como acontecia antes da revolução da comunicação, os homens sentem-se sozinhos, apesar do diálogo, porque se sentem extirpados da

história. (FLUSSER, 2007, p. 98)

O dizer eticamente expressivo é a busca pelo diálogo, contra o discurso. É o dizer-autorreferencial que caracteriza a própria ética. É a busca da experiência, mais do que de uma verdade. É o combate à paixão triste que é a acumulação da certeza e do dinheiro. É também contra a acumulação dos afetos que pensa toda relação como um lucro. O ressentimento é esse lucro. Na atualidade, certas iniciativas como as redes sociais são o retrato declarado desta cultura em que tudo, inclusive pessoas, nomeadas em certos casos, como “amigos” tornados números, num abuso a propósito anti-ético da palavra amizade, são quantificados. Não há consciência coletiva do absurdo deste gesto que não se depare com a banalização de um valor aceito outrora por todos. Por isso, a ética é também a crítica, o alerta quanto ao que fazemos sem perceber.

O destino da educação e a contra-educação

No âmbito do discurso, a palavra ética, assim como a palavra educação sofrem, pois, da mesma maldição generalizada. A educação compartilha de antemão com a palavra ética o mesmo destino. Será este o destino das palavras que pretendem dizer o mundo que

está além do fato de que sejam palavras? Será este o destino das palavras que sinalizam ideias transformadoras? Quando as associa deste modo, pretendo deixar claro o caráter ativo da educação, o fato de que ela seja também um pensamento-ação, uma teoria-prática assim como é a ética. É desta analogia entre uma e outra que é preciso partir para o desenho de um projeto de educação/ética. Até hoje a educação tem sido transformada em mercadoria, tem sido, como a ética, violentada e abusada. Em outras palavras, tem sido reduzida aos interesses do poder, ou seja, aos interesses do mercado que tem se colocado no lugar de toda moral como a verdade da condição humana à qual todos devem servir. Neste contexto, citarei mais uma vez Maturana, para que possamos usar seu olhar para construir o nosso próprio. Seu testemunho me parece fundamental para pensar nosso lugar. Vejamos o que ele diz:

Quando eu era estudante desejava retribuir à comunidade o que dela recebia, sem conflito, porque minha emoção e minha sensibilidade frente ao outro e meu propósito ou intenção a respeito do país coincidiam. Mas atualmente essa coincidência entre propósito individual e

propósito social não se dá, porque, no momento em que uma pessoa se torna estudante para entrar na competição profissional, ela faz de sua vida estudantil um processo de preparação para participar num âmbito de interações que se define pela negação do outro, sob o eufemismo: mercado da livre e sadia competição. A competição não é nem pode ser sadia, porque se constitui na negação do outro. (MATURANA, 2005, p.12)

Neste contexto, a crítica da educação como mercadoria torna-se o cerne da questão. Ela impede uma educação ética. Uma educação voltada para os interesses do mercado nunca poderá ser ética e nunca escapará de uma política do ódio como oposição ao outro, nunca poderá realizar o sentido interno da própria educação como formação do ser humano para a liberdade e a emancipação.

O ponto onde evoluiremos, a meu ver, em termos éticos e políticos, depende no contexto do capitalismo, de uma tomada de posição em relação ao modo de distribuição e venda desta questão humana reduzida à mercadoria, posto que há décadas a separação

da educação em coisa pública e privada corresponde, em grande medida, à diferença entre a educação para ricos e para pobres. Creio que vivemos em certo círculo cínico em que fingimos que essa separação de classes não está em jogo. Aos pobres, é claro, sobra sempre a pior parte no contexto em que todos são logrados pelo capital. Devemos ainda considerar que há toda uma parte da população que não tem acesso à educação e que configuram aquela subclasse social à qual um sociólogo como Jessé Souza chamou de “ralé” (2009). Creio que a educação como mercadoria chega, em certo sentido enquanto é promovida pelo governo, até esta subclasse não com intuítos de emancipação, mas de exploração radical até mesmo dos desvalidos.

Neste contexto, é válido retomar alguns aspectos do pensamento de Marx na forma como faz I. Mészáros. Vejo nele a proposta de uma educação como política e ética. Assim, penso que avançaremos se nos perguntarmos sobre a própria reflexão, sobre o que significa refletir sobre educação hoje? Como professora universitária que sou, ajudando a formar professores, coloco-me a pergunta crucial que pode nos conduzir a esta ética: em que sentido agimos na direção da emancipação nos

processos educacionais dos quais somos agentes fundamentais?

Mészáros chamou de “contra-internalização”(p.56) ao movimento contrário ao processo de introjeção da própria alienação. Marx chamou de ideologia à falsa consciência. Ela é, na teoria de Marx, a própria alienação que toma a forma de consciência. Será contra a alienação que a educação precisa lutar se quiser ser emancipação dos indivíduos. Adorno falou em contexto de ofuscamento quando se referiu à ideologia. Mészáros elabora sua ideia na direção do que Renato Constantino, o filósofo filipino por ele citado, chamou de “Contraconsciência”. Para este autor, “contraconsciência” significaria a ação na contramão da “modelagem de consciências no interesse do controle colonial” (p.57). Ela seria necessária à medida que as pessoas costumam adotar a perspectiva dominante como a verdadeira. “Contraconsciência descolonizada” é o termo que Constantino que nos mostra a chance de sair do senso comum, do estado que Mészáros vê como paralisante. Devemos dizer que este estado é também humilhante. O processo da internalização é o da introjeção das pressões externas experimentadas pelas pessoas como “limites individuais a suas aspirações pessoais” (p.45).

O modo como a subjetividade de cada um é atingida pelas “verdades absolutas” em vigor, nos permite pensar que a ideologia não desapareceu, apenas se tornou mais difusa e aparentemente menos palpável. Hoje, as pessoas internalizam, por exemplo, a regra do consumo. Internalizaram a mercadoria como verdade. Pais, professores e até mesmo estudantes repetem a ideia de que se estuda para o mercado. A ideologia do vestibular equivale ao mercado. Desejo muito que possamos repensar esta questão, pois temo que o problema da ideologia esteja sendo jogado para baixo do tapete. Não me refiro à simples oposição entre esquerda e direita, que se não foi superada, mostrou seu engodo, mas muito mais à dialética Senhor X Escravo que ainda está em vigência quando nos ocupamos de entender a desigualdade social e os mecanismos para seu escamoteamento. Me parece inegável que o estado da educação em nosso país diz respeito à manutenção da desigualdade social enquanto ela é oportuna aos donos do poder.

Considerando estes aspectos, a especial expressão “contra-educação” surge com sua força maior no âmbito desta reflexão. Refiro-me por meio dela a uma espécie de contracultura da educação, a um pensamento

crítico de desmontagem das opiniões, a meu ver urgente em nosso tempo. Refiro-me às estratégias de emancipação que escapam ao controle das instituições. A uma educação fora da norma, engajada com as lutas e movimentos sociais. Se me é permitida uma comparação, penso em uma educação que seja mais arte contemporânea do que publicidade. Que provoque estranhamento, mais do que confirmação daquilo que já se sabe. Uma educação contra a barbárie escamoteada do consumismo capitalista. Uma educação em que a teoria não seja serva do bom comportamento e do cordialismo, nem da inveja e da avareza.

Por “contra-educação” entendo, pois, o conjunto dos diálogos, debates e práticas que visam justamente desmontar discursos e práticas pré-estabelecidos como verdadeiros no campo da educação. A contra-educação seria o contrário da educação humilhada pela dominação que a usa enquanto à aniquila.

A educação como contra-educação pode se dar dentro e fora da escola. No contexto da contra-educação, a escola é apenas um espaço. Quando não havia escola as pessoas se “educavam” em suas casas e nas ruas. Quem não está na escola continua se educando no contexto do mundo da vida. A

escola pode ser um meio de emancipação, ou simplesmente um campo de concentração de crianças e jovens que, abandonados à lei sem constituição, e à matabilidade pelo sistema, vivem em pleno estado de exceção. Fico pensando na experiência escolar e no que ela tem feito com as pessoas. Refiro-me a crianças, jovens e também professores e funcionários de escolas. Refiro-me à má-formação, mas também aquela semiformação sobre a qual falava Theodor Adorno há décadas. Poderíamos tentar traduzir por “educação meia boca” aquela que resulta do círculo cínico em que nos encontramos: uns fingindo que ensinam, outros fingindo que aprendem, algozes e vítimas, mentiroso e otários unidos no mesmo círculo vicioso ao qual reduzimos nossa experiência formativa.

Contra-educação é toda iniciativa contra a morte do nosso futuro e pela salvação da emancipação humana que define o sentido próprio de uma educação que ainda valha a pena promover entre nós.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In: _____. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T. **Teoria da semicultura**. Disponível em:
<<http://adorno.planetaclix.pt/tadorno.htm>>.
Acesso em: 10 out. 2012.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer**. O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FLUSSER, V. **O homem codificado**. São Paulo: Cosacnaify, 2007.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Trad. J. F. Campos Fortes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SOUZA, J. **A ralé brasileira**. Quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

Recebido para publicação em 05/12/2012

Revisado em 19/03/2013

Aceito em 12/04/2013